



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

**TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2025/00069****OBJETO: Aquisição de cadeira ergonômica**  
**NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-NTE-2025/00425****1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA TELEBRAS - RELIC, ART. 24, INCISO I)**

1.1 Aquisição de cadeira ergonômica, conforme quantidade e especificações contidas neste Termo de Referência.

ITEM	QUANTIDADE	MODELO	FABRICANTE
Cadeira ergonômica, na cor preta, atendimento aos requisitos da NR-17	01 (um)	Sophy	Elements

**2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO II)****2.1 Motivação:**

2.1.1 A Telebras dispõe de cadeiras de escritório em seu mobiliário padrão, as quais atendem adequadamente às necessidades da maioria dos colaboradores que não apresentam restrições de saúde.

2.1.2 No entanto, diante da necessidade especial de um de seus colaboradores, devidamente comprovada por relatório médico, torna-se necessária a aquisição de uma cadeira ergonômica de modelo específico.

2.1.3 A aquisição em tela foi solicitada pela Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) após análise do relatório médico apresentado pelo colaborador e consulta a profissional da área de Segurança do Trabalho.

2.1.4 Considerando as recomendações técnicas, a GGP deliberou pela aquisição de cadeira ergonômica com as especificações indicadas, com o objetivo de mitigar o problema identificado e promover melhores condições de trabalho ao empregado.

2.1.5 A medida visa garantir condições adequadas de trabalho, prevenir o agravamento do quadro clínico e atender às normas de segurança e saúde ocupacional.

**2.2 Alinhamento com os instrumentos de planejamento da Telebras**2.2.1 A aquisição pretendida se encontra prevista no Plano Anual de Contratações (PLAC) para o ano de 2025 (código 2200-GLOG\_30), o qual está devidamente alinhado ao planejamento estratégico da Telebras, disponível em <https://www.telebras.com.br/conheca-a-telebras/plano-estrategico/>.

2.2.2 As despesas decorrentes da presente aquisição ocorrerão pelo centro de custos da Gerência de Logística.

**2.3 Benefícios esperados com a contratação/resultados pretendidos:**

2.3.1 Prevenção do agravamento do quadro clínico do colaborador, contribuindo para a preservação de sua saúde e bem-estar;



TLBREF202500069A

2.3.2 Adequação às normas de saúde e segurança no trabalho, reforçando o compromisso institucional com um ambiente laboral saudável;

2.3.3 Promoção da inclusão e acessibilidade no ambiente organizacional, ao assegurar tratamento equitativo a colaboradores com necessidades específicas;

2.3.4 Mitigação de riscos trabalhistas, por meio da adoção de medidas preventivas alinhadas às recomendações técnicas e legais.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM

3.1 O objeto desse Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão ou Dispensa de Licitação, tendo em vista o baixo valor da compra.

### 4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO (RELIC, ART. 24, INCISO III)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
<b>Cadeira Ergonômica</b>	Cadeira ergonômica Sophy; fabricante Elements; cor preta; certificação BIFMA; atendimento aos requisitos da NR-17; Material do encosto, assento e apoio de cabeça mesh Premium; apoio de cabeça (7 níveis de altura) e 4 ângulos de ajuste; estrutura braços em nylon e almofada dos braços pu injetado; mecanismo multifuncional; cilindro de gás 80mm - classe 4, base piramidal com reforço diamantado; rodas em nylon especial - 60 mm; pistão classe 4, peso (Com suporte) 20,5 Kg; garantia mínima de um ano.	<b>01 (um)</b>

#### 4.1 Definição de Modelo/Fabricante (RELIC, ART. 27, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I. ALÍNEA b)

4.1.1 De acordo com o previsto no artigo 27, parágrafo único, inciso I, alínea *b*, do RELIC, admite-se a indicação de determinada marca ou modelo quando constituir-se na única capaz de atender a necessidade da Telebras.

4.1.2 No presente caso, a indicação da cadeira ergonômica modelo Sophy, do fabricante Elements, deve-se à existência de relatório médico que recomenda expressamente a substituição da cadeira atualmente utilizada por um modelo com características técnicas adequadas ao tratamento e à prevenção do agravamento da condição de saúde do colaborador, não se tratando de preferência comercial, mas de escolha técnica fundamentada.

4.1.3 Ademais, a escolha do modelo foi validada por profissional de Segurança do Trabalho.

4.1.4 Conforme consta na página do fabricante do produto, a Cadeira de Escritório Elements Sophy é a escolha perfeita para quem busca conforto e ergonomia para longas horas de trabalho, pois conta com um design moderno e elegante e é confeccionada com materiais de alta qualidade, ideal para ambientes de trabalho, como escritórios, home office e coworkings. Ela é perfeita para quem busca um ambiente de trabalho confortável e produtivo.

4.1.5 Além disso, o produto comercializado pelo fabricante *Elements* possui certificação BIFMA e atende aos requisitos da NR-17. Essas certificações asseguram que a cadeira foi projetada para proporcionar suporte adequado, prevenindo desconfortos e lesões relacionadas à postura inadequada.

4.1.6 A descrição completa do produto com especificações, ajustes, medidas e dimensões podem ser consultadas na página do fabricante: <https://loja.elements.com.br/collections/cadeiras-ergonomicas?srsltid=AfmBOosRHxBQ4evVaVvDPnImrSEycBKUsGeXSxr7uic8siYX7hBaf2Z>.



## 5. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO IV)

### 5.1 Requisitos mínimos da cadeira ergonômica:

5.1.1 Suporte lombar ajustável que se adapta à curvatura lombar individual do paciente, proporcionando alívio da pressão e melhor suporte;

5.1.2 Encosto em *mesh* premium que oferece conforto térmico e melhor adaptação anatômica;

5.1.3 Ajustes ergonômicos em altura e braços, permitindo a regulação ideal conforme a altura e estrutura corporal do paciente;

5.1.4 Estrutura que favorece a distribuição de peso, reduzindo pontos de tensão e prevenindo sobrecarga musculoesquelética.

5.1.5 Ser nova, original de fábrica, vedada a entrega de item recondicionado ou usado.

### 5.2. Da garantia

5.2.1. O prazo de garantia dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 9 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Telebras.

5.2.3 Durante o período de garantia, quaisquer defeitos de fabricação ou funcionamento deverão ser corrigidos pela licitante vencedora ou pela assistência técnica autorizada do fabricante, sem custos adicionais para a Telebras.

5.2.4 O reparo ou substituição do item defeituoso deverá ocorrer em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a notificação pela Telebras.

5.2.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pela Telebras.

5.2.6 Caso o reparo no local não seja viável, a retirada, o transporte e o retorno do equipamento serão de responsabilidade da licitante vencedora, sem ônus para a Telebras.

5.2.7 Decorrido o prazo para reparos sem o atendimento da solicitação da Telebras ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a Telebras autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes e os custos deverão ser suportados pela CONTRATADA.

5.2.7.1 Nessa hipótese, não acarretará a perda da garantia dos equipamentos o fato do reparo ser realizado por empresa diversa.

5.2.8. O item entregue deverá estar acompanhado de certificado de garantia emitido pelo fabricante e documentos que comprovem os contatos da assistência técnica autorizada.

### 5.3. Padrões de qualidade

5.3.1 O produto adquirido deverá atender a padrões de qualidade compatíveis com o uso prolongado em ambiente corporativo, observando os requisitos de ergonomia, resistência e durabilidade exigidos pelas normas técnicas aplicáveis, em especial a NR-17 do Ministério do Trabalho, que trata da ergonomia no ambiente de trabalho.



5.3.2. A cadeira deverá apresentar:

5.3.2.1 Conformidade com normas de ergonomia e segurança, aplicáveis ao mobiliário corporativo;

5.3.2.2 Acabamento de boa qualidade, com materiais resistentes ao uso contínuo, que garantam conforto, estabilidade e durabilidade;

5.3.2.3 Componentes com ajustes funcionais precisos e eficazes, tais como regulagem de altura, apoio lombar, inclinação do encosto e apoios de braço multifuncionais.

#### **5.4 Montagem do produto**

5.4.1 O fornecedor será responsável pela entrega e montagem completa da cadeira, devendo assegurar que o produto esteja plenamente funcional, conforme especificações técnicas do fabricante.

5.4.2 A montagem poderá ser realizada em local indicado pela Telebras, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após a entrega, ou o produto poderá ser entregue já totalmente montado, desde que preservadas a integridade e a conformidade técnica do item.

5.4.3 A montagem deverá ser executada por profissional capacitado, respeitando as instruções do fabricante e os cuidados necessários para garantir a segurança do usuário e a durabilidade do produto.

5.4.4 A montagem é condição essencial para o recebimento definitivo do produto.

5.4.5 A Telebras poderá rejeitar o produto montado que apresentar falhas, instabilidade ou não conformidade técnica, devendo o fornecedor providenciar, às suas expensas, os ajustes, substituições ou reparos necessários no prazo estipulado pela fiscalização.

#### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RELIC, ART. 24, INCISO V)**

##### **6.1 Disponibilização do Objeto:**

6.1.1 O objeto deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA em até 20 (vinte) dias corridos, após a emissão de Nota de empenho.

6.1.2 A Nota de empenho será enviada à CONTRATADA, preferencialmente, por meio eletrônico (e-mail) e deverá constar nela as informações afetas ao produto adquirido, detalhando o item e a quantidade demandada.

6.1.3 Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega deverá ser encaminhada por escrito ao responsável pelo recebimento do objeto, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA;

6.1.4 O simples envio do pedido e documentos comprobatórios não garante o deferimento do pleito.

6.1.5 A data da entrega deverá ser previamente agendada com a Telebras.

6.1.6 Caberá ao fiscal responsável acompanhar a entrega do item, zelando pela racionalidade dos gastos públicos e pela exigência da excelência quanto à qualidade do produto, bem como atestar a nota fiscal.

6.1.7 O preço total inclui: objeto, frete, tributos e demais encargos.

6.1.8 Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com o Fiscal responsável, antes da entrega do produto.

6.1.9 Caso o produto não seja aceito na entrega, por parte da Telebras, por estar em discordância com sua especificação a contratada ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.



6.1.10 O custo de substituição de materiais, peças e equipamentos em desacordo com as especificações e/ou considerados impróprios pela fiscalização da Telebras correrá por conta e risco da empresa CONTRATADA.

6.1.11 A inexecução do objeto ensejará a aplicação de penalidades à CONTRATADA, conforme será descrito no Termo de Referência e legislação específica.

## **6.2 Do recebimento do objeto:**

6.2.1 O objeto da aquisição será recebido definitivamente após a montagem e a verificação das especificações da qualidade e quantidade do bem entregue.

6.2.2 O recebimento do objeto dar-se-á por meio de aceite pelo fiscal do contrato no documento fiscal emitido pela CONTRATADA, conforme previsto no art. 135, § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras.

6.2.3 O recebimento do objeto da contratação está condicionado à conferência e aceitação final, obrigando-se o fornecedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectadas.

6.2.4 A solicitação de prorrogação para entrega do bem terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis do seu vencimento, desde que justificada, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.

6.2.4.1 O simples envio do pedido e documentos comprobatórios não garante o deferimento do pleito.

6.2.5 O objeto poderá ser rejeitado quando em desacordo com as especificações estabelecidas, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.2.6 A Telebras tem o direito de recusar o recebimento do objeto que considere inadequado e/ou abaixo do padrão de qualidade exigido e a CONTRATADA ficará obrigada a trocar, a suas expensas, o material que vier a ser recusado.

6.2.7 A nota fiscal deverá corresponder ao material entregue e deverá estar em nome da Telebras.

6.2.8 Nos casos em que seja necessária a substituição da nota fiscal, será estabelecido prazo de 01 (um) a 03 (três) dias úteis para a CONTRATADA realizar a substituição da referida nota.

## **6.3 Do Faturamento e local de entrega do objeto**

6.3.1 O faturamento deverá ser realizado conforme solicitação do fiscal da avença, para a sede da Telebras.

6.3.2. Endereço para faturamento: Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175, Bloco A - Sala 218 - Edifício Capital Financial Center, CEP: 70610-440, CNPJ: TELEBRAS: 00.336.701/0001-04.

6.3.3 A Telebras designará oportunamente os fiscais que serão responsáveis pelo recebimento do objeto em Brasília-DF.

## **6.4. Do prazo de pagamento**

6.4.1 O pagamento será efetuado à CONTRATADA, num prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência do Banco indicado pela empresa;

6.4.2 No caso de incorreção de informações na Nota Fiscal/Fatura, o documento será restituído para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

## **7. MODELO DE GESTÃO DA AQUISIÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO VI)**



7.1 A execução desta aquisição será acompanhada e fiscalizada por fiscal especialmente designado pela Telebras, que exercerá sua atribuição em observância ao §2º do artigo 132 do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras.

7.2 O acompanhamento da execução pelo fiscal do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.3 O Fiscal deverá registrar as ocorrências e determinar as medidas necessárias ao fiel cumprimento da aquisição do objeto deste Termo de Referência.

7.4 A inexecução total ou parcial do objeto poderá ensejar a aplicação de penalidade à CONTRATADA, sendo assegurado à CONTRATADA o pleno exercício do contraditório e ampla defesa.

7.5 As decisões e ocorrências que perpassem a competência e poder de decisão do fiscal do contrato deverão ser levadas ao conhecimento do gestor contratual, papel exercido pelo Gerente de Logística da Telebras.

## **8. OBRIGAÇÕES DA TELEBRAS (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA A)**

8.1 Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, o Edital e seus ANEXOS.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.4. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a qualidade do objeto fornecido e o atendimento as demais exigências contratuais.

8.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato.

8.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para sua correção.

8.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA por meio de um fiscal, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, os materiais em desacordo com o Termo de Referência.

8.7.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Telebras ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

8.8. Atestar a entrega do objeto, receber e promover o pagamento da fatura correspondente.

8.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.10. Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.

8.11. Aplicar à CONTRATADA as penalidades cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA A)**





9.1. O fornecedor contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Obrigações	Infração em caso de descumprimento
9.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.	Grave
9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos, conforme o código de defesa do consumidor.	Grave
9.1.3 Realizar a montagem da cadeira no local indicado pela Telebras no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após a entrega, ou entregar o produto já montado.	Grave
9.1.4 Garantir que a montagem seja realizada por profissional capacitado, seguindo as instruções do fabricante.	Grave
9.1.5 Aceitar a rejeição do item caso o produto montado apresente falhas, instabilidade ou não conformidade técnica, e providenciar os devidos ajustes ou substituições.	Grave
9.1.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Telebras relacionadas ao objeto.	Média
9.1.7 Comunicar, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a impossibilidade de cumprir o prazo de entrega, com devida comprovação.	Média
9.1.8 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, objeto com avarias ou defeitos, dentro do prazo fixado pela fiscalização contratual.	Grave
9.1.9 Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto do Termo de Referência, arcar com os eventuais prejuízos causados à Telebras ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos no fornecimento do material, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela Telebras.	Grave



9.1.10 Comunicar à Telebras, por escrito, quaisquer anormalidades que comprometam a entrega, propondo ações corretivas.	Média
9.1.11 Fornecer nota fiscal/fatura correta e cumprir obrigações fiscais, respondendo por infrações decorrentes.	Média
9.1.11.1 É de responsabilidade da CONTRATADA a entrega da Nota Fiscal original (utilizada para transporte da mercadoria) de venda no protocolo geral da Telebras. Cópias enviadas por e-mail ou por correio não serão aceitas para efeitos de escrituração fiscal, recolhimento de impostos e pagamento.	Média
9.1.11.2 Somente serão aceitas Notas Fiscais de remessa quando a entrega das mercadorias tiver origem a partir de Centros Logísticos.	Leve
9.1.12 Entregar documentações solicitadas pela Telebras no prazo de 5 (cinco) dias úteis.	Média
9.1.13 Prestar esclarecimentos à Telebras sempre que solicitado.	Leve
9.1.14 Manter sigilo sobre informações e dados obtidos em função do fornecimento, respondendo por eventuais danos.	Grave
9.1.15 Cumprir as obrigações legais, cíveis, trabalhistas e tributárias aplicáveis.	Grave
9.1.16 Não veicular publicidade sobre a execução do objeto sem autorização da Telebras.	Leve
9.1.17 Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto (mão-de-obra, impostos, encargos, frete etc.).	Grave

## **10. GERENCIAMENTO DE RISCOS RELACIONADOS AO OBJETO (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA B)**

10.1 Os riscos inerentes ao objeto constam no Anexo I.





**11. DA GLOSA**

11.1 O atraso injustificado da entrega do objeto poderá ensejar aplicação de glosa, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Dias úteis de atraso	Percentual da glosa sobre o valor do objeto
Até 02	2%
03 a 04	4%
05 a 07	6%
08 a 12	9%
+12 de dias	10%

11.2 Os valores definidos no item anterior não serão aplicados na hipótese de apresentação de justificativa para o atraso devidamente motivado por fator relevante. A justificativa apresentada será avaliada pela Telebras podendo ser aceita ou não.

11.3 A solicitação de prorrogação para entrega de bens terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis do seu vencimento, desde que justificada, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.

11.4 O processamento de eventual glosa no valor a ser faturado não impede a instauração concomitante de procedimento para aplicação de penalidade, quando cabível.

**12. DAS SANÇÕES (RELIC, ART. 24, INCISO VI, ALÍNEA D)**

12.1 De acordo com o artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumida, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

12.1.2 Advertência;

12.1.3 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

12.1.4 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Telebras, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

12.2 Neste sentido, durante a execução do contrato, o descumprimento das obrigações da Contratada poderá gerar as seguintes sanções:

12.2.1 Advertências serão aplicadas nas hipóteses de ocorrências de infrações leves ou médias.

12.2.2 Multas serão aplicadas nas hipóteses de infrações médias e infrações graves, podendo ser combinadas com as demais sanções cabíveis.

12.2.3 A suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Telebras, por prazo não superior a 02 (dois) anos será aplicada no caso de reincidência de infração grave.



12.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

12.4 A reincidência de ocorrência de uma mesma infração diversas vezes poderá elevar seu grau de severidade.

12.5 Ressalta-se que as glosas previstas no item 11 deste Termo de Referência não constituirão sanção administrativa em si, não havendo obrigatoriedade de registro no SICAF.

12.6 Nos casos de descumprimento de obrigações que não possuam o valor da parcela inadimplida bem definido, poderá ser aplicada multa compensatória no valor de 0,25% a 2% do valor total do contrato, a depender da gravidade da infração cometida ou do prejuízo causado à Telebras.

12.7 No caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumida, as seguintes sanções poderão ser aplicadas:

12.7.1 Advertência;

12.7.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida; e

12.7.3 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Telebras, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.7.4 Também poderá ser aplicada a suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Telebras, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a CONTRATADA que:

12.7.4.1 apresentar documentação falsa;

12.7.4.2 comportar-se de modo inidôneo;

12.7.4.3 fizer declaração falsa;

12.7.4.4 cometer fraude fiscal;

12.7.4.5 falhar ou fraudar na execução do objeto;

12.7.4.6 ensejar o retardamento da execução do objeto; e

12.7.4.7 praticar ato tipificado como crime, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.8 Será aplicável, cumulativamente ou não com as sanções de advertência, suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Telebras, a aplicação de multa de 10% (dez por cento) por inexecução das obrigações assumidas, sobre o valor da parcela inadimplida.

12.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.10 As sanções tratadas neste tópico não impedem a aplicação de sanções de natureza penal, as quais observarão, no que couber, as normas contidas nos Art. 337-E e Art.337-P do Código Penal.

### **13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (RELIC, ART. 24, INCISO VII)**



13.1 Tendo em vista a natureza comum do bem, o objeto deste Termo de Referência poderá ser adquirido mediante licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2.000 e lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

13.2 Ademais, considerando o valor total estimado do bem que se pretende adquirir, poderá ser dispensável a licitação, com base no artigo 29, inciso II da Lei 13.303/2016 e artigo 112, inciso II do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras, salvo melhor juízo quando do enquadramento legal do procedimento.

#### **14. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS (RELIC, ART. 24, INCISO VIII, ALÍNEA D)**

14.1 O critério de avaliação das propostas será do tipo **menor preço**, atendidas as especificações constantes neste Termo de Referência.

14.2 Os interessados deverão apresentar sua proposta de preços de acordo com o MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS, Anexo II deste Termo de Referência.

#### **15. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA AQUISIÇÃO (RELIC, ART. 24, INCISO IX E ART. 85, INCISO II)**

15.1 Tendo em vista que este Termo de Referência utilizará o MENOR PREÇO como critério de julgamento, a estimativa de preços será sigilosa.

15.2 Ressalta-se que o preço referência é decorrente de pesquisa realizada pela gerência demandante da solução, assim como, por pesquisa realizada pela Gerência de Compras e Contratos.

#### **16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (RELIC, ART. 29, INCISO I)**

16.1 Considerando que não existem obrigações futuras após a entrega do objeto, a assinatura de contrato será dispensada, em consonância com o disposto no artigo 73 da Lei nº 13.303/2016: "*A redução a termo do contrato poderá ser dispensada no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da empresa pública ou da sociedade de economia mista*".

#### **17. DA GARANTIA DO CONTRATO**

17.1 A garantia será dispensada em razão do modelo de execução, qual seja, entrega do objeto sem obrigações posteriores, bem como em razão do baixo valor da aquisição.

#### **18. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

18.1 É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

18.2 A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação.

18.3 A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu Artigo 6º, no que couber.

#### **19. DO REAJUSTE**

19.1 O preço contratado é fixo e não poderá ser reajustado.

#### **20. DA SUBCONTRATAÇÃO**



20.1 Em face da baixa complexidade dos serviços a serem contratados por este Termo de Referência não será admitida a subcontratação do objeto.

## **21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta dos recursos consignados no Orçamento Anual da Gerência de Logística da Telebras, cujo elemento de despesas específica constará na respectiva Ordem /Pedido de Compra.

## **22. DO FORO**

22.1 O foro competente para dirimir questões relativas a esta aquisição é o de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 08 de julho de 2025.

**REGINA CÁSSIA MONTENEGRO BRAZ GOMES**

Especialista Gestao de Telecomunicacoes  
Gerência de Logística

**MARCEL MOREIRA VIRIATO**

Gerente de Logística Substituto  
Gerência de Logística

